

## Tribunal de Contas e CREA/SP em parceria na fiscalização de obras públicas



Encontro do CREA/SP e TCE/SP realizado em São Paulo



Participantes do Encontro

**R**epresentantes do TCE/SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo procuraram o CREA/SP para auxílio à fiscalização de obras públicas. Em encontro realizado na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência do CREA/SP, o Tribunal solicitou ao Regional paulista a apresentação de um painel durante o XVII SINAOP - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, a ser realizado em São Paulo no mês de setembro, com organização do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras

Públicas. Além da orientação, o CREA/SP deve oferecer apoio ao evento.

Participaram da reunião o Geol. Nivaldo Bósio, Secretário Geral do CREA/SP; Eng. Paulo Rodrigues Leite, Eng. Silvia Guedes e Arq. Rosphael Oliveira de Moraes, Assessores do TCE/SP; Eng. Francisco Kurimori, Presidente do CREA/SP; Eng. Alexandre Sarquis, auditor do TCE/SP; Eng. Luiz Roberto Segal, Superintendente de Fiscalização do CREA/SP e o Eng. Ernesto Hermida Romero, Coordenador do NAEC – Núcleo

de Acompanhamento de Execução Contratual do TCE/SP.

O painel do CREA/SP será elaborado a partir das principais dúvidas dos auditores a respeito da fiscalização relacionada a obras e serviços ligados à área tecnológica. O Eng. Francisco Kurimori, destacou que “a parceria é de interesse tanto do CREA/SP quanto do Tribunal de Contas e beneficia a sociedade acima de tudo, tanto no âmbito da presença dos responsáveis técnicos nas obras públicas quanto no do combate à corrupção”.

## Capacitação interna aborda eficiência e transparência na gestão pública



**D**iretores e funcionários do CAU/SP participaram do curso “Tomada e Prestação de Contas Anuais”, ministrado por profissionais que atuam no TCU - Tribunal de Contas da União. O objetivo da capacitação foi abordar as funções básicas da gestão, por meio de conceitos e fundamentos; apresentação dos processos de contas e organização de relatórios de gestão; bem como responsabilidades e suas abordagens jurídicas.

Para o Presidente do CAU/SP, Arq. Gilberto Belleza, a capacitação profissional, bem como o domínio por parte do Conselho, de seu corpo diretivo e funcional a respeito da legislação e do regramento que

rege o funcionamento das autarquias públicas federais é fundamental para o desenvolvimento das ações de um órgão público. “Os princípios de transparência, economicidade e eficiência devem conduzir nossa atuação e ser alicerce para a estruturação do nosso novo Conselho”.

Belleza destacou ainda que o CAU é o mais jovem Conselho profissional do Brasil e que tal condição carrega consigo uma grande oportunidade, mas também um significativo desafio. “Temos consciência da responsabilidade que temos de construir o CAU/SP e estamos no caminho certo, pautando nossas ações a partir das mais modernas e transparentes ferramentas de gestão”, avalia.

Ao final do treinamento, ministrado por

Alexandre Valente Xavier, acórdãos e jurisprudências do TCU foram apresentados e discutidos entre os participantes, que realizaram exercícios e estudos de caso sob exemplos e processos concretos.



Participantes do curso Tomada e Prestação de Contas Anuais, realizado em abril, na capital paulista

## Coordenador da CRP destacou norma técnica sobre gestão de obras e reformas em Edificações



Palestra realizada na Sede Angélica do CREA/SP



Mesa Diretora dos Trabalhos

**N**a reunião conjunta dos Fóruns de Entidades de Classe e Instituições de Ensino do CREA/SP, realizada no Auditório da Sede Angélica, na Capital paulista, o Conselheiro Eng. Márcio de Almeida Pernambuco, Coordenador da Comissão de Relações Públicas do Conselho, ministrou a palestra “NBR 16280 - Reforma em Edificações – Sistema de Gestão de Obras e Reformas”.

A referida norma da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelece os parâmetros para o sistema de

gestão de requisitos de processos, projetos, execução e segurança das reformas em edificações, determinando que “toda reforma de imóvel que altere ou comprometa a segurança da edificação ou de seu entorno precisa de laudo técnico assinado por engenheiro ou profissional da área. E o síndico ou a administradora, com base em parecer de especialista, poderão autorizar (com ou sem ressalvas) ou proibir a reforma, caso entendam que ela irá colocar em risco a edificação”.

Para o Eng. Márcio Pernambuco, a aplicação da norma profissionaliza os

serviços de reforma, assegurando qualidade e segurança para todos, pois estabelece o profissional como responsável técnico pela intervenção e abre uma oportunidade de trabalho para engenheiros de diversas modalidades.

Compuseram a mesa diretora da reunião a Chefe de Gabinete, Eng. Elisabete Rodrigues; o Diretor de Educação, Eng. Valdemar Antonio Demétrio; e o Diretor de Entidades de Classe, Eng. Rogério de Souza Carvalho.



Seminário promovido pelo GT do CAU/SP na capital paulista

## Seminário conscientiza sobre a inclusão do Desenho Universal em projetos

**E**streitas demais para cadeirantes, portas fora da medida recomendada são o tipo de obstáculo que nem todos percebem. “Onde está a lógica de uma Arquitetura que já pela porta começa a discriminar? ”, questiona a conselheira Silvana Cambiagli, coordenadora do Grupo de Trabalho Acessibilidade do CAU/SP.

Foi em torno dessas questões que o GT organizou o “1º Seminário de Acessibilidade e Desenho Universal em Arquitetura Urbanismo”, no dia 14 de abril, na cidade de São Paulo. “Os arquitetos são os responsáveis por criar os novos espaços. E eu acho que esse evento de hoje culmina com essa nossa preocupação (...) de discutir aspectos diretamente ligados a nossa prática de trabalho”, comentou o presidente do CAU/SP, Gilberto Belleza, na abertura do seminário. Os mais de 150 profissionais

presentes ouviram representantes da AsBEA, SECOVI/SP, da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Prefeitura de São Paulo, além do próprio GT debaterem a influência do conceito de Desenho Universal na concepção de projetos, bem como a legislação que já impacta a atividade profissional.

Elaborada nos anos 70 nos EUA, a ideia de Desenho Universal almeja uma Arquitetura acessível a todas as pessoas – para além do “homem padrão” de 1,83m, pensado por Le Corbusier (1887-1965). Não se trata mais, portanto, de criar ambientes “exclusivos” para pessoas portadoras de deficiência, mas de elaborar espaços que possam ser usufruídos sem dificuldade pelo maior número possível de pessoas, quaisquer que sejam seus limites (temporários ou permanentes) de locomoção.

Parte do evento, portanto, foi dedicada à apresentação de soluções arquitetônicas para viabilizar ambientes democraticamente acessíveis. “Acessibilidade não é somente uma rampa que o cadeirante sobe sem ajuda (...) acessibilidade é, sobretudo, dar possibilidades”, ponderou a conselheira do CAU/SP Nina Vaisman, presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP). Cidades cada vez mais adaptadas...



Os princípios do Desenho Universal

Além de espaços privados, os palestrantes defenderam que as cidades também devem ser cada vez mais adaptadas ao conceito da Acessibilidade e Desenho Universal, expandindo o uso das trilhas para cegos e das calçadas com rebaixamento, entre outras soluções, para o maior número possível de vias públicas. “Quem tem deficiências são as cidades, não as pessoas”, disse a deputada federal Mara Gabrilli, em vídeo gravado especialmente para o seminário e exibido no evento.

O arquiteto e urbanista Eduardo Flores Auge, membro permanente da CPA, apresentou uma série de exemplos de aparelhos públicos já adaptados aos princípios do Desenho Universal, tanto no Brasil quanto no exterior.

Um deles foi a playground ecológico do Parque Ibirapuera, que reflete a ideia do aparelho público acessível universalmente. “Não é um brinquedo para pessoas com deficiência, é um brinquedo para todo mundo brincar junto”, ressalta.

“Eu acredito que todas as repartições públicas devem ter acessibilidade garantida pelo menos até sua entrada. Isso é o mínimo”, afirmou a procuradora da República Priscila Schreiner, uma das palestrantes convidadas para o evento.

#### Normas de Acessibilidade no Brasil

A questão da acessibilidade em espaços públicos e privados já tem um amplo suporte legal, incluindo a própria regulamentação do CAU/BR. A conselheira Rosana Ferrari,

coordenadora da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do CAU/SP, lembrou que o Código de Ética do CAU/BR já inclui a responsabilidade do profissional em considerar o “o bem-estar das pessoas” em seus projetos arquitetônicos, além do impacto social e ambiental.

A Lei Brasileira de Inclusão (lei 13.146/2015), complementada pelas normas técnicas da ABNT, formam um arcabouço legislativo que cobra uma série de novas responsabilidades aos profissionais. “Em termos de base legal, o Brasil não está ruim. O problema é a prática”, constata o arquiteto e urbanista João Carlos da Silva, da Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e membro permanente da CPA.

Detalhes da legislação ainda precisam ser difundidos a todos os arquitetos e urbanistas, como por exemplo, a inclusão da acessibilidade nos projetos de reformas. “A legislação e a norma são muito claros: a parte a ser reformada deverá atender as normas de acessibilidade. O que mexer, você deve adequar às normas”, afirmou o arquiteto e urbanista Rogerio Romeiro, representante do SECOVI/SP na CPA.

Com essa nova responsabilidade nas costas, o profissional precisa saber que as autoridades públicas estão atentas para garantir esse corpo de direitos. A procuradora da República Priscila Schreiner citou casos em que o Ministério Público procurou manter o respeito às normas e leis que garantem a

acessibilidade, lembrando a ação que obrigou o poder público a arcar com os custos de intérprete da língua brasileira de sinais (Libras) em autoescolas.

Os participantes reconheceram, no entanto, que a legislação brasileira de acessibilidade não está totalmente harmônica, e que algumas normas técnicas, antigas e novas, ainda “não conversam entre si”. Há perspectivas de solução no horizonte. “As entidades organizadas têm uma voz muito poderosa para apresentar propostas para reformar as normas, e de fato trabalhar essas incompatibilidades normativas”, disse a arquiteta e urbanista Adriana Levisky, vice-presidente da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA).

Foto 06 – Uma plateia lotada acompanhou as discussões sobre Acessibilidade e Desenho Universal durante seminário promovido pelo GT do CAU/SP na capital paulista.



Uso equitativo por todos; 2. Flexibilidade no uso; 3. Uso simples e intuitivo; 4. Informação perceptível; 5. Tolerância ao erro;

TODOS CONTRA A

**DENGUE**

no canteiro de obras

**BIBLIOTECA DIGITAL**

Seja bem vindo à Sala de Leitura do CREA-SP!

A Biblioteca Digital é uma criação do CREA-SP. Como ponto de destaque, nossa Biblioteca abre um espaço próprio para armazenar e gerenciar Teses, Dissertações e Artigos Técnicos. Disponibilizamos atualmente mais de 1400 itens entre Livros e Periódicos Digitais, que podem ser consultados e Links para outras Bibliotecas, colocando o usuário em contato com o que há de mais atual na área Tecnológica.

A ferramenta é dinâmica. Mais uma prestação de serviço do Conselho.

Acesse: <http://www.creasp.org.br/biblioteca/>

